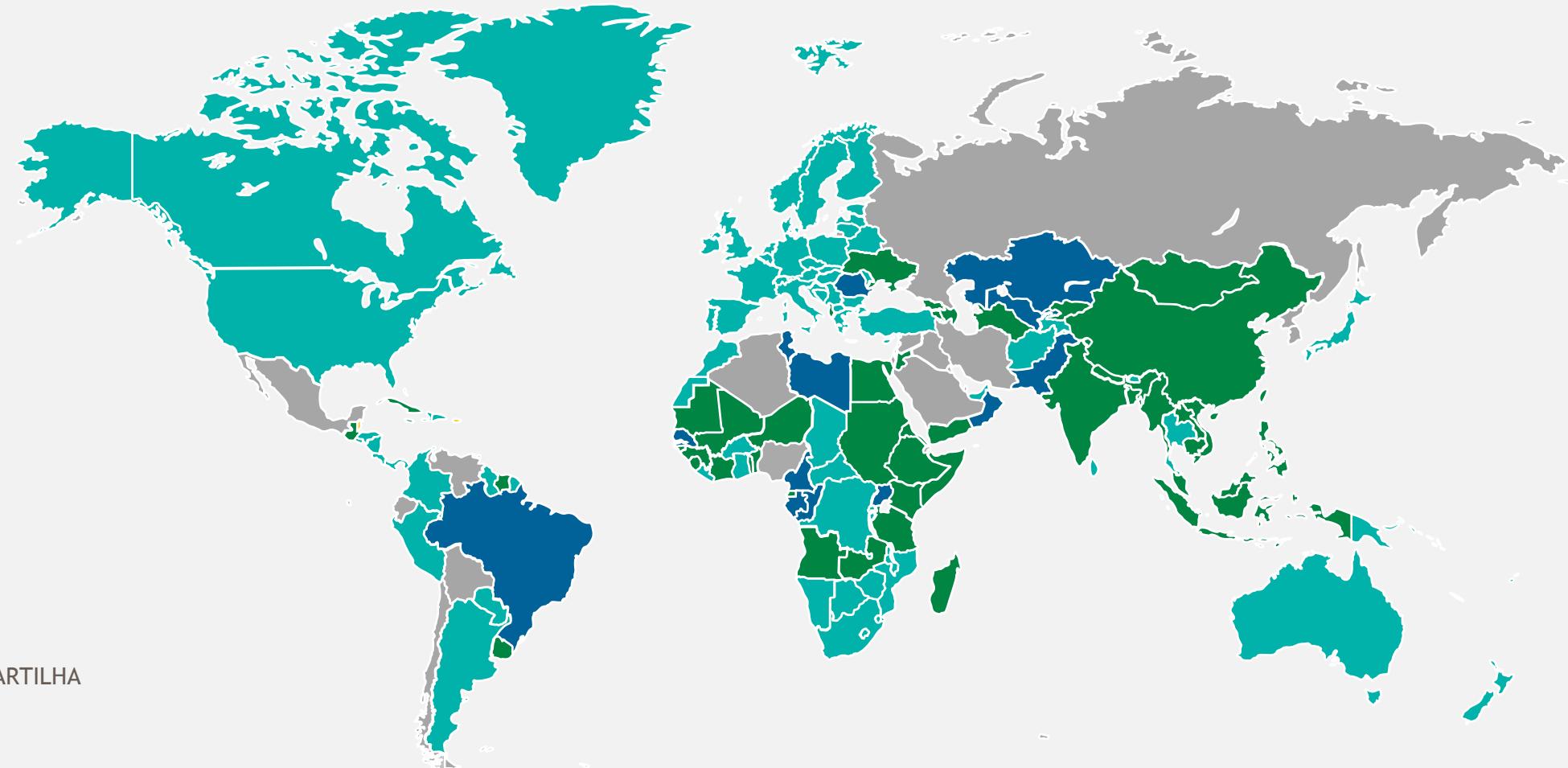


AVALIAÇÃO DOS REGIMES FISCAIS NO BRASIL: CONCESSÃO E PARTILHA

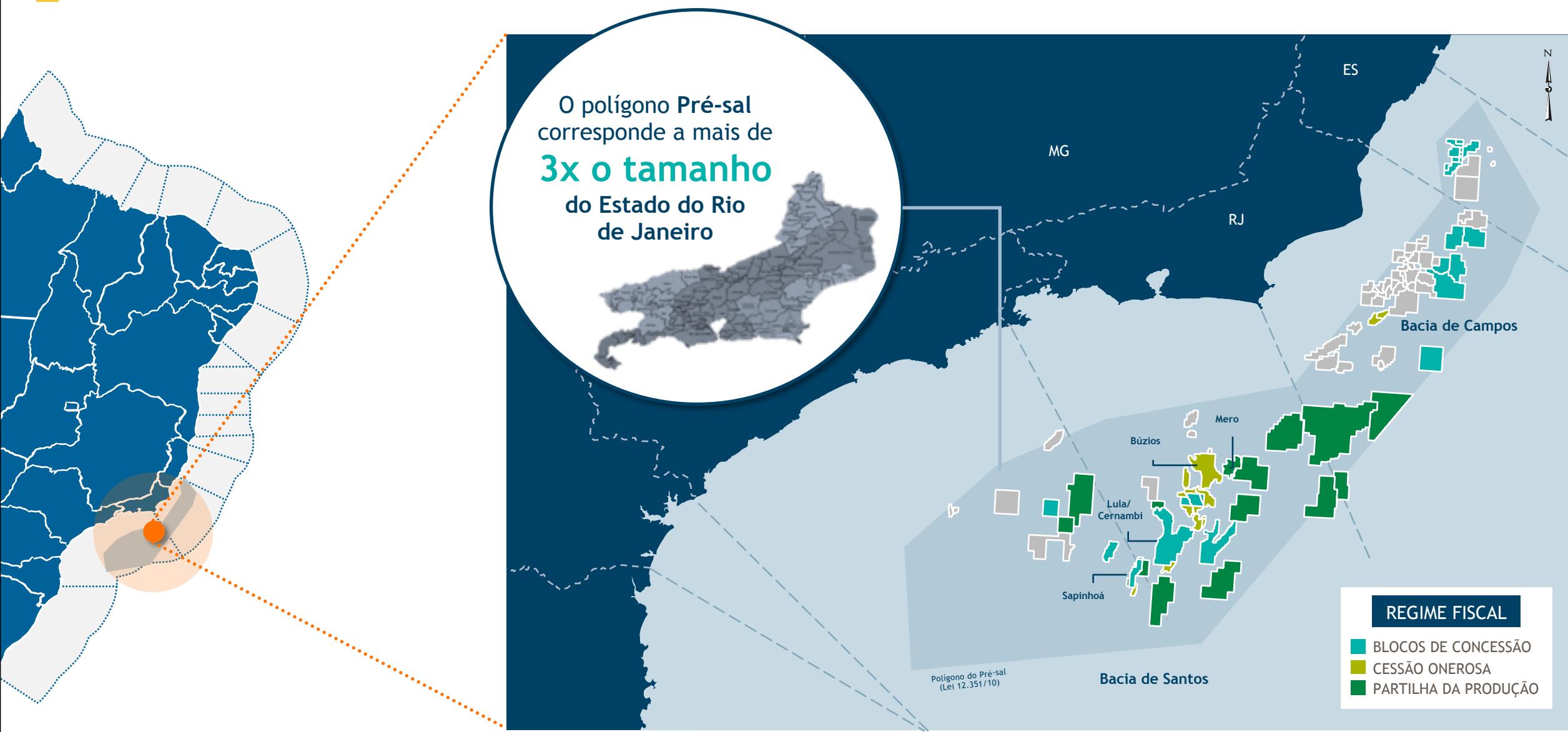


Concessão e Partilha da Produção são os regimes fiscais predominantes na indústria de petróleo

AQUISIÇÃO DE DIREITOS PETROLÍFEROS - REGIMES ADOTADOS NO MUNDO



No Brasil, a partir de 2010, foi definido o regime de Partilha da Produção para os leilões a serem realizados na área do polígono do Pré-sal



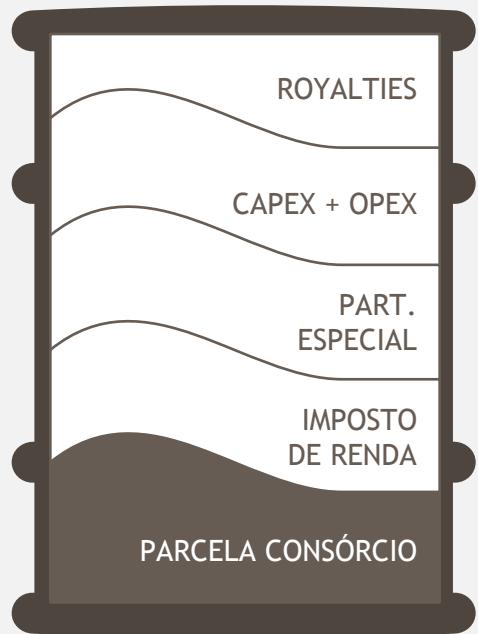
Na Partilha o governo integra o consórcio via PPSA com poder de decisão na concepção do projeto não necessariamente buscando eficiência, racionalidade econômica e atratividade

	CONCESSÃO	PARTILHA
GESTÃO DO CONTRATO	Consórcio privado, seguindo práticas internacionais	Governo integra consórcio via PPSA, exercendo aprovação do planejamento e execução dos projetos, regulação e controle de custos
FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO	ANP	ANP
PROPRIEDADE DO ÓLEO E GÁS/ RESERVA	Concessionárias	Contratadas e União (na figura da PPSA)
RECEITAS GOVERNAMENTAIS	<ul style="list-style-type: none">Royalties: 10%Bônus oferecido (mínimo + ágio)Óleo lucro: Não aplicávelParticipação Especial: de 10% a 40%	<ul style="list-style-type: none">Royalties: 15%Bônus fixoÓleo lucro oferecido (mínimo + ágio)Participação Especial: Não aplicável
CRITÉRIO PARA DEFINIR O VENCEDOR DO LEILÃO	Oferta de bônus e programa exploratório mínimo	Oferta de percentual de óleo lucro para a União
DIREITO DE PREFERÊNCIA	Não aplicável	Petrobras possui Direito de Preferência
DESTINO DAS RECEITAS GOVERNAMENTAIS ¹	<ul style="list-style-type: none">União: 60% do GTEstados e Municípios: 40% do GT	<ul style="list-style-type: none">União: 78% do GTEstados e Municípios: 22% do GT

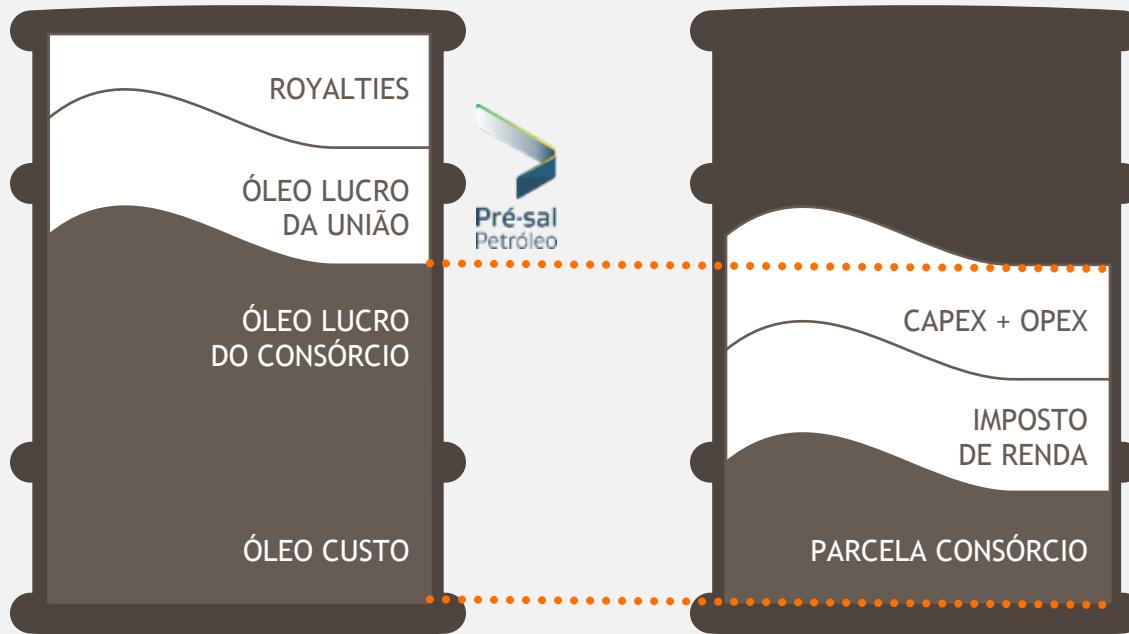
¹ Exemplo com Óleo Lucro de 40% e Alíquota máxima de PE, em Campo com GT similares

Na Partilha a Participação Especial é substituída pelo Óleo Lucro da União

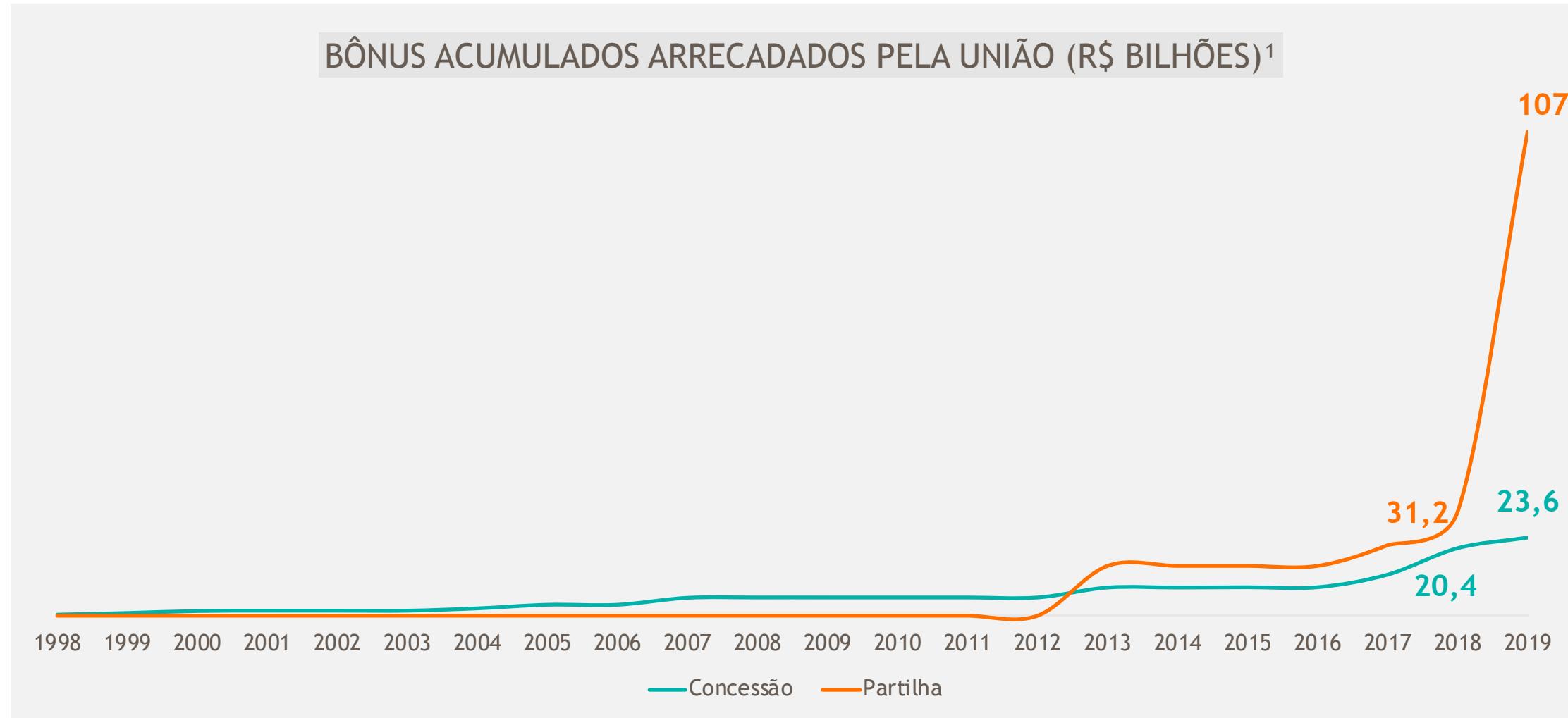
CONCESSÃO



PARTILHA DE PRODUÇÃO

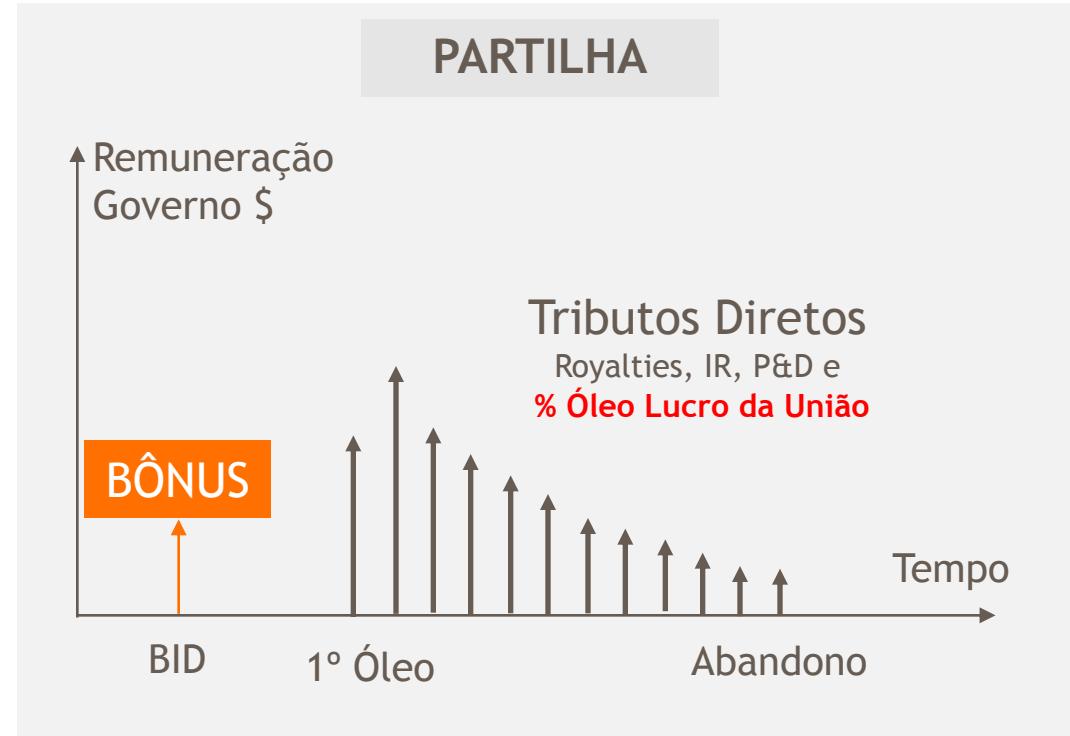
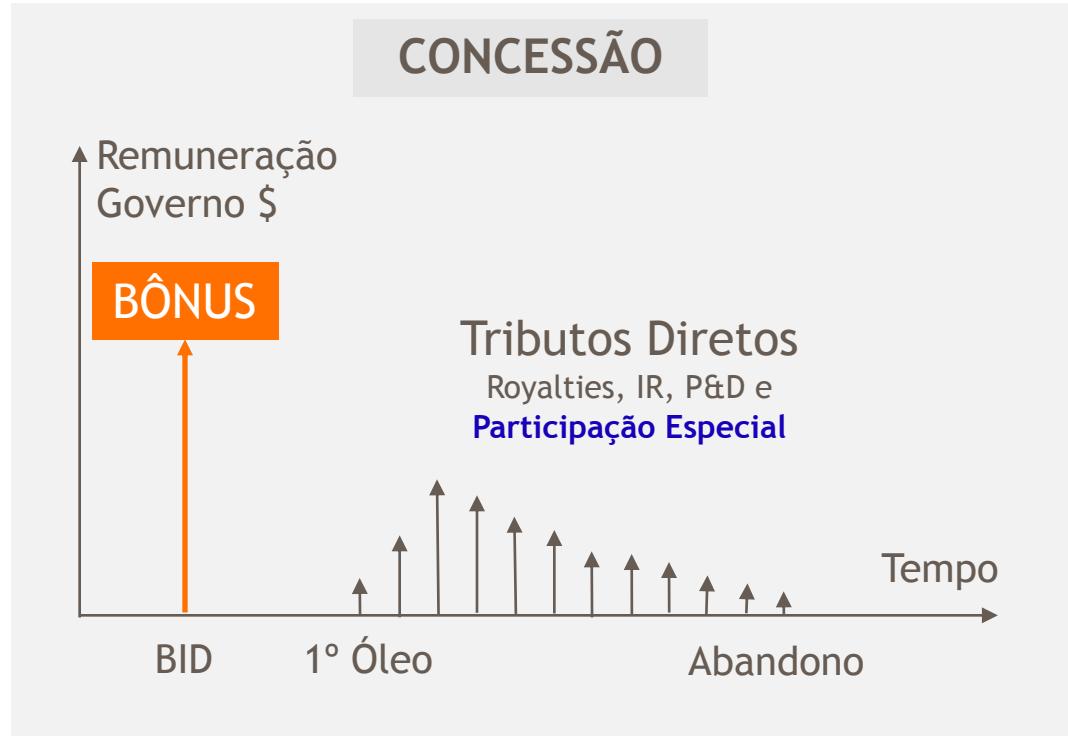


O valor acumulado arrecadado com os bônus nos leilões de Partilha tem sido superior em função das características de alta produtividade das áreas ofertadas (Pré-sal)



¹ Considera os leilões em andamento: Rodada 16 da Concessão (bônus mínimo), Rodada 6 da Partilha e Excedente da Cessão Onerosa.

Na Partilha os tributos ao longo da produção tendem a ser maiores e o bônus tende a ser menor que na Concessão, por não se tratar de critério de competição



Cenários de insucesso exploratório/comercial tendem a ser mais onerosos para as empresas devido ao maior montante do bônus

Projetos de desenvolvimento da produção podem se tornar inviáveis economicamente devido ao maior peso dos tributos

Segundo o Banco Mundial¹, as características desejáveis de um regime fiscal são: neutralidade, estabilidade e progressividade/flexibilidade

	DEFINIÇÃO
NEUTRALIDADE	<p>Não deve incentivar investimentos em áreas com reservatório de baixa produtividade e elevados custos, nem desencorajar investimentos em áreas com bons reservatórios e custos competitivos</p> <p>Tributos não devem alterar o ranking dos projetos quando avaliados economicamente considerando apenas receitas, investimentos e custos operacionais (sem tributos diretos)</p>
ESTABILIDADE	<p>As regras não devem mudar ao longo do tempo ou as mudanças devem estar bem definidas e claras</p>
PROGRESSIVIDADE/ FLEXIBILIDADE	<p>A empresa deve pagar mais tributos quando apresenta lucros elevados e menos tributos no caso de menor rentabilidade do investimento</p> <p>Deve ser flexível para se adaptar às mudanças nas condições macroeconômicas e do campo de petróleo ao longo do tempo que afetam a rentabilidade do projeto</p>

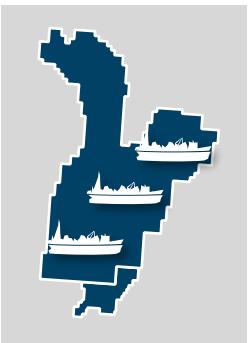
NEUTRALIDADE: Em Partilha, bons projetos de desenvolvimento da produção podem se tornar inviáveis economicamente em função do óleo lucro ofertado



CONCESSÃO (Gov. Take %)

30%

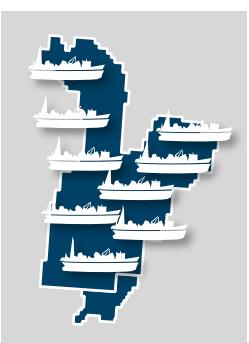
Concessão



CONCESSÃO (Gov. Take %)

40%

Concessão



CONCESSÃO (Gov. Take %)

45%

Concessão

1. Government Take: Valor Presente Tributos Diretos / Valor Presente Receita Bruta. Tributos Diretos: Royalties, Part. Especial, IR/CSLL e Óleo Lucro.

2. Rodadas 1 a 5 de Partilha: óleo lucro ofertado mínimo 10%, médio 49% e máximo 80%.

NEUTRALIDADE: Em Partilha, bons projetos de desenvolvimento da produção podem se tornar inviáveis economicamente em função do óleo lucro ofertado



CONCESSÃO (Gov. Take %)

30%

Concessão

PARTILHA DE PRODUÇÃO (Gov. Take %)

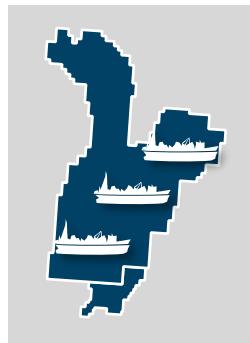
33%

44%

49%

54%

Óleo Lucro Governo: 10% Óleo Lucro Governo: 49% Óleo Lucro Governo: 65% Óleo Lucro Governo: 80%



CONCESSÃO (Gov. Take %)

40%

Concessão

PARTILHA DE PRODUÇÃO (Gov. Take %)

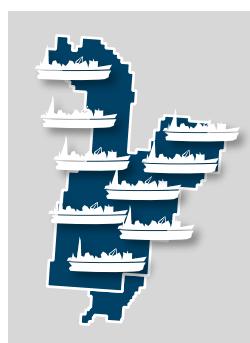
36%

50%

55%

61%

Óleo Lucro Governo: 10% Óleo Lucro Governo: 49% Óleo Lucro Governo: 65% Óleo Lucro Governo: 80%



CONCESSÃO (Gov. Take %)

45%

Concessão

PARTILHA DE PRODUÇÃO (Gov. Take %)

37%

50%

56%

61%

Óleo Lucro Governo: 10% Óleo Lucro Governo: 49% Óleo Lucro Governo: 65% Óleo Lucro Governo: 80%

1. Government Take: Valor Presente Tributos Diretos / Valor Presente Receita Bruta. Tributos Diretos: Royalties, Part. Especial, IR/CSLL e Óleo Lucro.

2. Rodadas 1 a 5 de Partilha: óleo lucro ofertado mínimo 10%, médio 49% e máximo 80%.

NEUTRALIDADE: Em Partilha, bons projetos de desenvolvimento da produção podem se tornar inviáveis economicamente em função do óleo lucro ofertado



CONCESSÃO (Gov. Take %)

30%

Concessão

PARTILHA DE PRODUÇÃO (Gov. Take %)

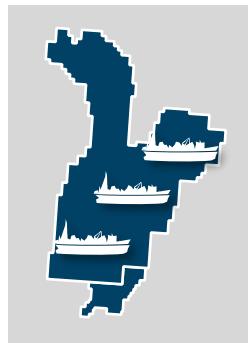
0%
VPL NEGATIVO

0%
VPL NEGATIVO

0%
VPL NEGATIVO

33%

Óleo Lucro Governo: 10% Óleo Lucro Governo: 49% Óleo Lucro Governo: 65% Óleo Lucro Governo: 80%



CONCESSÃO (Gov. Take %)

40%

Concessão

PARTILHA DE PRODUÇÃO (Gov. Take %)

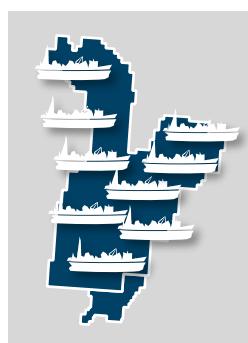
0%
VPL NEGATIVO

0%
VPL NEGATIVO

36%

50%

Óleo Lucro Governo: 10% Óleo Lucro Governo: 49% Óleo Lucro Governo: 65% Óleo Lucro Governo: 80%



CONCESSÃO (Gov. Take %)

45%

Concessão

PARTILHA DE PRODUÇÃO (Gov. Take %)

0%
VPL NEGATIVO

37%

50%

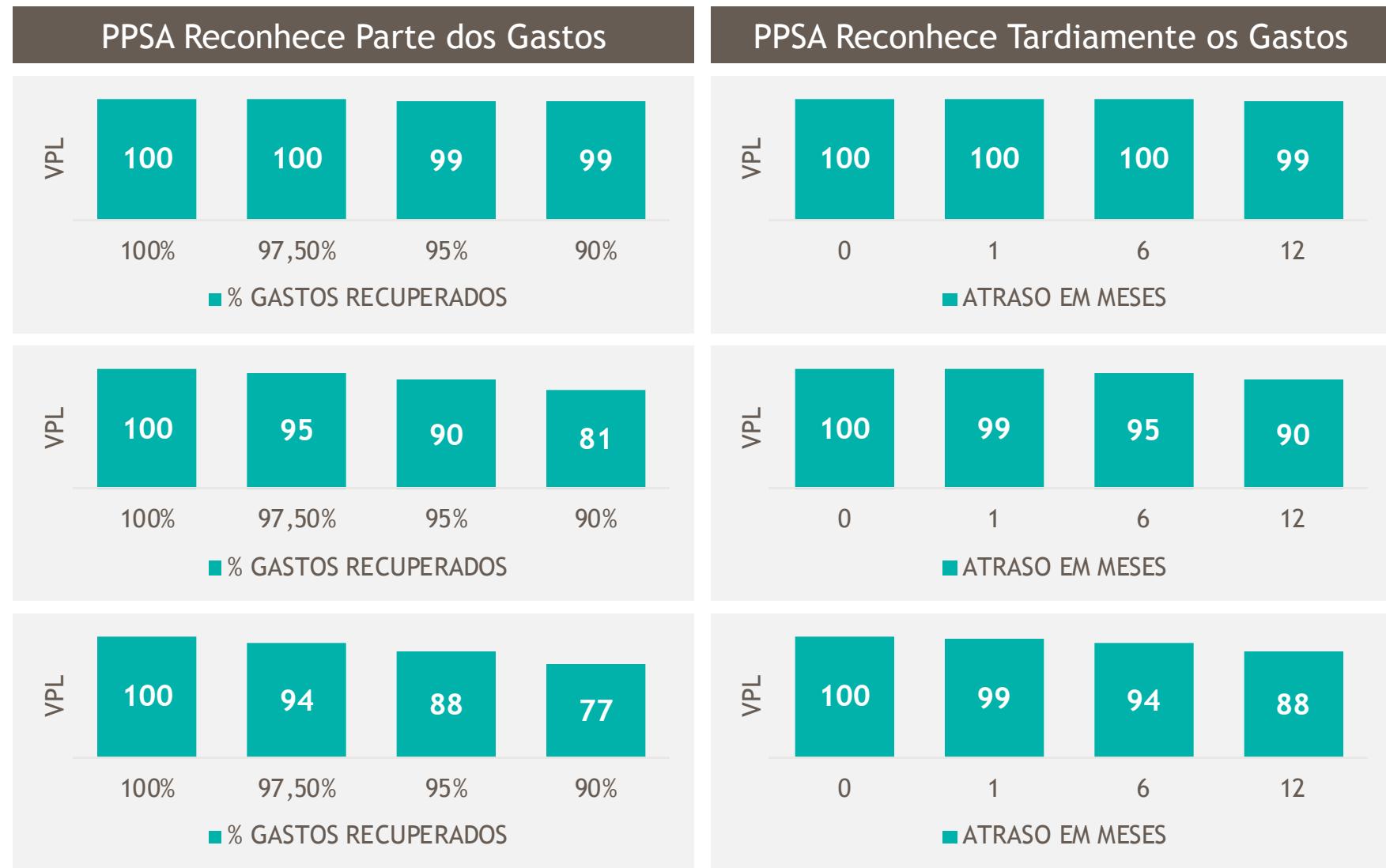
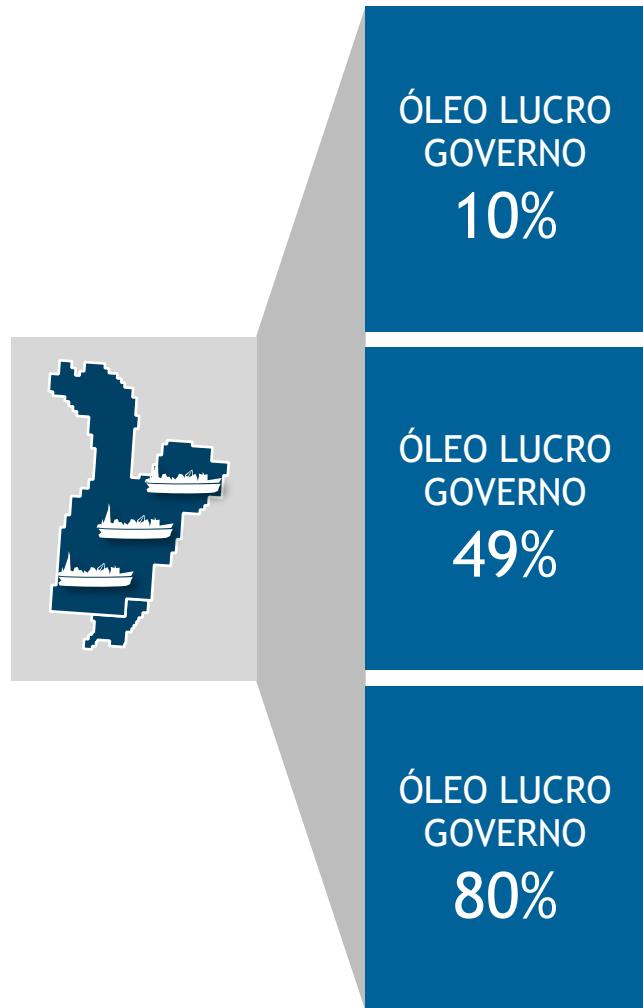
56%

Óleo Lucro Governo: 10% Óleo Lucro Governo: 49% Óleo Lucro Governo: 65% Óleo Lucro Governo: 80%

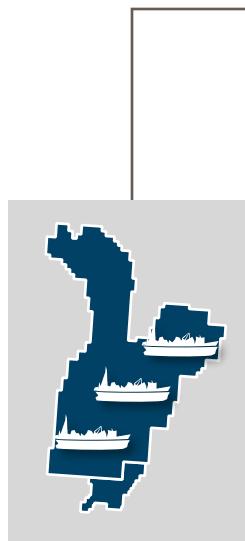
1. Government Take: Valor Presente Tributos Diretos / Valor Presente Receita Bruta. Tributos Diretos: Royalties, Part. Especial, IR/CSLL e Óleo Lucro.

2. Rodadas 1 a 5 de Partilha: óleo lucro ofertado mínimo 10%, médio 49% e máximo 80%.

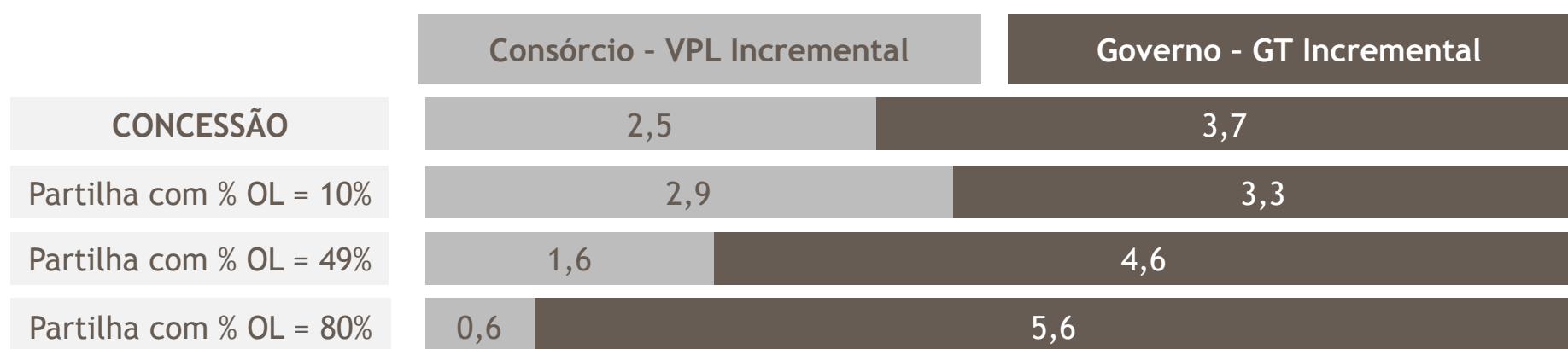
ESTABILIDADE: Incertezas com relação ao reconhecimento de custos pela PPSA é fator de instabilidade no contrato de Partilha



PROGRESSIVIDADE: Em Partilha, a depender do óleo lucro ofertado, ocorre desequilíbrio entre VPL do Consórcio e Participação Governamental a medida que a receita do campo aumenta



EXEMPLO COM INCREMENTO DE RECEITA DE 30% = US\$6,2 Bi



Conclusões

1 O regime de Concessão é mais neutro, estável e progressivo que o regime de Partilha

2 Na Partilha, a interferência do Governo por meio da PPSA, pode impactar a economicidade dos ativos

3 Na Partilha os tributos ao longo da produção tendem a ser maiores a ponto de inviabilizar os investimentos no desenvolvimento de jazidas com alto potencial, impactando a empresa e a arrecadação do Governo